

36

108



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 202739-8/01 - Comarca do Recife

Agravantes: IRH e outro.

Agravadas: Antônia de Siqueira Regueira e outra.

3522

EMENTA: CONSTITUCIONAL, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. AFERIÇÃO DO MONTANTE DEVIDO EM FASE EXECUTÓRIA. POSSIBILIDADE. PARIDADE DE PENSÃO ENTRE ATIVOS E INATIVOS. TETO REMUNERATÓRIO DO PODER EXECUTIVO. INAPLICABILIDADE. CARÁTER NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO. AGRAVO IMPROVIDO POR UNANIMIDADE. 1. As agravadas comprovaram o recebimento a menor de suas pensões, sendo assim possível computar na fase executória o montante devido. 2. Preliminar de inépcia da inicial rejeitada. 3. A pensão de beneficiários de servidor falecido deve corresponder ao *quantum* que perceberia o servidor se vivo e na ativa estivesse, conforme disposição do art. 40, § 5º, da CF. 4. Em decorrência do caráter nacional do Poder Judiciário não é possível a fixação de teto remuneratório diferenciado a seus membros de acordo com a localidade em que desempenham suas funções. 5. O teto remuneratório dos servidores públicos judiciais está fixado no art. 37, XI, da CF, qual seja, o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça, razão pela qual não entendo vulnerados os arts. 24, 25, 37, X e XI, da CF e 286 do CPC. 6. Recurso de agravo improvido. 7. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 202739-8/01, acima referenciados, julgados nesta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, e do voto e da resenha em apêxo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 4 de fevereiro de 2010.

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Salvato Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 202739-8/01 - Comarca do Recife

Agravantes: IRH e outro.

Agravadas: Antônia de Siqueira Regueira e outra.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão monocrática que negou seguimento ao reexame necessário e apelação cível, no sentido de garantir ao agravado o pagamento de pensão na integralidade dos vencimentos do servidor falecido.

Segundo as agravantes, a decisão que se busca integrar merece reforma, sob a alegação, preliminar, de inépcia da inicial, em face de pedido incerto e indeterminado em ação de cobrança e, no mérito, alega que a remuneração dos servidores públicos estaduais tem como limite máximo a do Governador do Estado, fixada em R\$ 6.000,00 (seis mil reais) pela LCE nº 16/96, prequestionando-se explicitamente os arts. 24, 25, 37, X e XI, da CF e 286 do CPC, ditos malferidos.

Requer, ao final, o provimento do integrativo, para fins de destrancamento do reexame necessário e apelação cível apensados, com seu regular seguimento.

É o relatório.

VOTO DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL

Não merece guarida a prefacial suscitada pelo agravante de inépcia da inicial por ser o pedido incerto e indeterminado, pois tendo as agravadas demonstrado o recebimento a menor de suas pensões é possível na fase executória computar o montante devido por meio de apresentação de memorial de cálculos do diferencial entre o atual valor percebido e o valor que deveria sê-lo.

Desse modo, rejeito a preliminar de indeferimento de petição inicial.

É como voto.

VOTO DE MÉRITO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

(...)

Inicialmente rejeito a preliminar de inépcia da inicial, uma vez que dela se depreende com bastante clareza a pretensão de cobrança deduzida, qual seja, de recebimento das diferenças dos pensionamentos recebidos e aqueles que ao

menos em tese deveriam ser pagos, respeitada a paridade constitucional entre ativos e pensionistas. No mérito, a pretensão de isonomia que funda a pretensão de origem encontra respaldo em jurisprudência uniforme do STF (como também deste Sodalício), em atendimento à literalidade dos parágrafos 7º e 8º do artigo 40 da Constituição Federal, confira-se o aresto adiante ementado:

Reclamação: descabimento: antecipação de tutela que, quanto à questão de fundo - integralidade de pensão de servidor público - está de acordo com a jurisprudência reiterada do Supremo Tribunal, além de se tratar de questão previdenciária, que não é alcançada pelas vedações da L. 9.494/97 objeto da ADC 4-MC. Precedentes (Rcl-AgR 3935/CE, Pleno, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 0/08/2006).

Ademais, também na linha dos precedentes do STF (confira-se como base o RE 322490/SC, T2, rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 03/03/2006), "o teto do Poder Executivo não é aplicável aos demais Poderes", como na espécie que ora se revisa obrigatória e voluntariamente. Adequada, portanto, a condenação imposta pelo togado singular, com os encargos legais decorrentes. Diante de todo o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao reexame de ofício, declarando prejudicado o apelo. Com o trânsito em julgado, baixem-se os autos ao juízo de origem para fins de direito.

Segundo as agravantes, a LCE nº 16/96 fixou em R\$ 6.000,00 (seis mil reais) o teto remuneratório dos servidores públicos estatuais, não podendo as agravadas perceberem pensão acima deste valor.

Todavia, a decisão desta relatoria é no sentido de que as pensões das agravadas submetem-se ao disposto nos arts. 40, § 5º e 37, XI, da CF, ou seja, os benefícios devem corresponder à totalidade dos proventos que receberia seus esposos se vivos fossem, os quais, contudo, só serão percebidos até que sejam absorvidos pelo subsídio fixado em lei para os desembargadores do Tribunal de Justiça, uma vez que, não se aplica aos servidores públicos de outros poderes o teto remuneratório fixado para o Poder Executivo, conforme excertos adiante colacionados:

MAGISTRATURA. Remuneração. Limite ou teto remuneratório constitucional. Fixação diferenciada para os membros da magistratura federal e estadual. Inadmissibilidade. Caráter nacional do Poder Judiciário. Distinção arbitrária. Ofensa à regra constitucional da igualdade ou isonomia. Interpretação conforme dada ao art. 37, inc. XI, e § 12, da CF. Aparência de Inconstitucionalidade do art. 2º da Resolução nº 13/2006 e do art. 1º, § único, da Resolução nº 14/2006, ambas do Conselho Nacional de Justiça. Ação direta de inconstitucionalidade. Liminar deferida. Voto vencido em parte. Em sede liminar de ação direta, aparentam inconstitucionalidade normas que, editadas pelo Conselho Nacional da Magistratura, estabelecem tetos remuneratórios diferenciados para os membros da magistratura estadual e os da federal (STF, ADI 3854 MC/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Min. Cezar Peluso, DJ de 28/02/2007).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OMISSÃO E OBSCURIDADE. PREQUESTIONAMENTO. NORMAS DE REGÊNCIA NÃO VULNERADAS. PENSÃO POR MORTE. PARIDADE CONSTITUCIONAL FINANCEIRA ENTRE ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS. RESPONSABILIDADE DA FUNAPE PELO PENSIONAMENTO. IMPROVIMENTO UNÂNIME. 1. Em matéria de benefício previdenciário não incide as limitações estabelecidas, em rol taxativo, no art. 1º, da Lei nº 9.494/97. 2. Neste rumo, os §§ 7º e 8º, do art. 40, da CF, estendem aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, sendo revestidos de auto-aplicabilidade. 3. O benefício da pensão

39
111
por morte correspondente à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, se vivo e na ativa estivesse, com fulcro no art. 40, § 5º da CF. 4.A Lei Federal nº 9.717/98 transferiu ex nunc a responsabilidade previdenciária aos próprios municípios, vedando em seu art. 11 a celebração de convênio ou qualquer outra forma de concessão de benefícios previdenciários entre o Estado e seus municípios, mas não tem o condão de retroagir em prejuízo daqueles servidores municipais que contribuíram para o órgão previdenciário estadual e adquiriram o direito de percepção de suas aposentadorias, e correspondentes pensionamentos, daquele ora sucedido pela atual fundação pagadora, inclusive respeitada a paridade constitucional entre ativos, inativos e pensionistas. 5.Bastante claras as posições adotadas no julgado, desde a terminativa do agravo de instrumento apensado modificando a decisão primária. 6.Normas de regência prequestionadas, as quais não se entendem vulneradas. 7.Aclaratórios improvidos. 8.Decisão unânime (TJPE, ED 135265-2/03, 8CC, Rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 24/7/2008).

agravo, não considerando vulnerados os arts. 24, 25, 37, X e XI, da CF e 286 do CPC.

É como voto.

Recife, 4 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator